



PROJETO PARANÁ 2023-2026:

DESENVOLVIMENTO E IGUALDADE PARA TRANSFORMAR O PARANÁ



POR QUE O PARANÁ E O BRASIL PRECISAM MUDAR

Com a mais aguda crise da história que alcança todos os lugares do Planeta, crescem a desigualdade, a catástrofe climática, e se estabelece um estilo de vida e modos de produção insustentáveis e danosos à vida humana e a natureza.

São diferentes cenários, todos críticos ao destino das futuras gerações. São inevitáveis e urgentes medidas transformadoras, seja de governança ousada, de uma nova geração de políticas públicas, de atitudes individuais e coletivas, de construir a sustentabilidade, assim como a de “selar a solidariedade entre os seres humanos e a natureza”. O perigo está no fazer mais do mesmo, na omissão ou no fazer pouco. A morada do perigo está no presente - não no futuro.

Diversos são os exemplos que reforçam esse diagnóstico, mas no Brasil, isso tudo é agravado pela negligência do governo federal e sua política do ódio, modelo este silenciosamente implantado pelo governo do Paraná com falso discurso de sustentabilidade. É necessária a urgente retomada do papel estratégico do Estado, de forma a tornar nossa terra um território da dignidade humana, referência em inovação e inclusão econômica, política, social, racial, ambiental, tecnológica e cultural.

Sabemos que a economia mundial se transformou nos últimos 10 anos, mas os desafios permaneceram os mesmos, a economia brasileira e paranaense não cresceu o suficiente para superar o aumento da fome, da pobreza e a desigualdade social.

Medidas pontuais já não são suficientes, a alta da inflação, a desindustrialização, a dependência de insumos externos, a ausência de investimento em educação inclusiva de qualidade, precisam ser atacadas frontalmente por políticas de desenvolvimento sustentável eficientes, tanto na cidade quanto no campo.

Assim, nosso maior desafio no Paraná nos próximos anos é conciliar a retomada de implementação de políticas sócio-desenvolvimentistas que acelere um processo de transição rumo à prosperidade para todos, que seja sustentável, justa e democrática. Isto só será possível com um Estado ousado, solidário, inclusivo e inovativo, no qual a inovação e pesquisa, o incentivo às novas economias e do setor de serviços sejam o pivô do desenvolvimento.

Também precisamos radicalizar a democracia. A representação política como se dá atualmente é incapaz de dar respostas satisfatórias à pluralidade de nossa sociedade. Além do desenvolvimento de ferramentas mais modernas é necessário garantir o acesso a elas, permitindo a inclusão de uma parcela significativa da população, até então excluída. Só assim será possível vencermos a apatia e o descrédito com a política e despertarmos uma cidadania virtuosa e ativa.

12 PASSOS PARA MUDAR O PARANÁ

O Projeto Paraná não é o nosso Programa de Governo. O que você vai ler aqui são as linhas gerais, desejos, ideias e caminhos que consideramos essenciais para fazermos do nosso Paraná um estado verdadeiramente justo, solidário, unido, forte e soberano.

É o nosso antigo anseio trabalhista brasileiro de construção de um Brasil, e aqui, de um Paraná do/para/pelo povo.

Foram meses de trabalho, com ampla participação. Realizamos 6 seminários regionais, encontros temáticos, quartas trabalhistas e recebemos centenas de contribuições. Desde o humilde agricultor até o especialista em tecnologia foram ouvidos e tiveram suas dores consideradas no diagnóstico que levou às diretrizes aqui apresentadas. Ainda, o papel central que o saber universitário-científico teve no direcionamento de nossas propostas deve ser destacado.

As ideias apresentadas se pretendem além da visão temporal de um governo, de forma que as diretrizes estabelecidas são, em grande medida, um processo que aponta para um futuro melhor, sustentável. Neste sentido as palavras inovativo, progressista, inclusivo, democrático, referência, não podiam deixar de ser algumas de nossas premissas, para o Paraná que queremos em um futuro não tão distante assim.

Todo o processo foi colaborativo, com forte inspiração nos processos de planejamento estratégico que ocorrem nas melhores e mais efetivas organizações, governamentais ou não, mas que permitem sempre uma efetiva construção coletiva.

Como todo planejamento, a necessidade de aprimoramento é constante e ele será continuamente revisado para que nosso futuro, mais sustentável, justo e inclusivo seja sempre nosso norte. Um projeto em constante discussão e construção, no qual você pode participar. Leia com atenção o que está aqui e envie comentários, sugestões, correções, propostas e provocações. Um Paraná mais justo tem que ser um Paraná mais democrático. Sua participação é essencial para melhorarmos a vida das pessoas e o futuro de quem ainda virá.



UM PARANÁ QUE TRABALHA: EMPREGO, RENDA E RIQUEZA

Nos últimos anos o Brasil tem perdido postos de trabalho e enfrentado dificuldades de gerar emprego. Segundo o IBGE, a falta de trabalho atinge 12 milhões de brasileiros, ou seja, existem 12 milhões de pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. As principais consequências desse déficit são o empobrecimento da população, o aumento do subemprego e da informalidade e a desigualdade social.

Se uma parcela da população não está produzindo, o país está desperdiçando seu potencial de geração de riqueza e crescimento econômico. Os problemas que causam o desemprego são a mão de obra não qualificada, empresas fechando as portas e um ecossistema de inovação falho.

A taxa de sobrevivência de empresas no mercado no país diminuiu a cada ano, resistindo apenas 22,9% das empresas, segundo o relatório do IBGE “Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo”. No Paraná apenas 26,4% sobrevivem.

Apesar da contribuição da indústria para o PIB paranaense e para a geração de emprego, o Paraná vem sofrendo um processo de diminuição de sua indústria. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Paraná está em 5º lugar em termos do número de estabelecimentos com 42.897 indústrias e em termos da participação no PIB nacional, no entanto se considerarmos os números deste de 2009, houve uma diminuição de pelo menos 2 pontos percentuais, o que refletiu na perda de vários postos de trabalho.

Já, no campo da inovação, o Brasil se classifica em 62ª posição no ranking do Índice Global de Inovação (IGI). No sentido de estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento é urgente focarmos nas soluções de políticas públicas que gerem empresas, inovação e criem empregos sustentáveis à população.

As altas taxas de desemprego no Brasil (11%) e Paraná (8%) mostram que a atual política econômica brasileira não prioriza a geração de empregos e não garante níveis educacionais e funcionais de parcela importante da população para atender as necessidades do setor produtivo.

Além do mais, o desemprego funcional tende a crescer no nosso país em função das tecnologias de ponta que avançam rapidamente e dos novos modelos de negócios que necessitam de empreendedores e colaboradores atualizados em termos de técnicas de gestão eficazes para atuar em um contexto competitivo globalizado e com grandes incertezas. Empresas tradicionais com empresários desatualizados, tecnologias obsoletas, trabalhadores com baixos níveis educacionais e de capacitação terão cada vez menos lugar no mundo de alta produtividade do século XXI.

Do ponto de vista macroeconômico, as altas taxas de inflação e os baixos índices de crescimento só serão revertidos na medida em que o governo federal adote uma nova política que busque de fato e continuamente o desenvolvimento econômico sustentável com pleno emprego, tal como propõe o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND.

Neste contexto os setores públicos (federal, estadual e municipal) terão papéis estratégicos nos próximos anos principalmente para: (1) garantir uma educação de qualidade e em tempo integral a todos os brasileiros e formação de pessoas qualificadas de forma continuada; (2) ampliar substancialmente os investimentos em ciência, tecnologias e inovações em áreas estratégicas para o país, bem como incentivar o setor privado a fazer o mesmo; (3) estimular ambientes de negócios capazes de promover o surgimento e a consolidação de empreendimentos inovadores, competitivos e criadores de empregos; (4) ampliar significativamente os investimentos em infraestrutura econômica, inclusive conectividade, e social.

Visando impulsionar empreendimentos inovadores e modelos de negócios criativos diferentes instrumentos e mecanismos públicos e privados têm sido utilizados em diversas regiões do mundo: Startups; aceleradoras que auxiliam na experimentação dos novos produtos e serviços; anjos investidores; mentorias a empreendedores; crowdfunding para alavancar recursos financeiros; espaços colaborativos de coworking; dados nas nuvens; trabalhos em rede; empoderamento de lideranças empreendedoras e de todos os colaboradores; valorização do empreendedorismo feminino; modelos virtuosos de colaboração, parcerias, associações e sinergias entre empresas; ampla e eficiente infraestrutura de conectividade com alta velocidade

Como medida urgente, defende-se a implantação de uma política de renda mínima universal, em face da fome que assola parte da população.

UM PARANÁ SAUDÁVEL: VIDA COM MAIS SAÚDE & BEM ESTAR

Durante a pandemia da Covid-19, ficou evidente a importância da existência de um sistema de saúde bem concebido e desenhado tal qual o Sistema Único de Saúde (SUS): universal e gratuito. Cerca de 80% da população depende exclusivamente da saúde pública, o que mostra a urgente necessidade de seu fortalecimento e aperfeiçoamento de forma a atender adequadamente a população.

Para fazer frente às demandas, é necessário reestruturar e reorganizar o Sistema Único de Saúde, desconcentrando serviços, qualificando-o com novas tecnologias, e promover a formação de recursos humanos, com vistas ao fortalecimento da saúde preventiva. Deste modo será possível ampliar a qualidade e a resolutividade da atenção primária, secundária e terciária e buscar a excelência no cuidado.

Para isto é preciso eliminar o subfinanciamento do sistema e promover a eficiência no gasto público através da implantação de mecanismos de controle, supervisão e avaliação. Ainda, através de parcerias (consórcios) e custeio compartilhado, implantar pelo menos um centro de especialidade regional em cada uma das mesorregiões do estado, evitando muito sofrimento e custos para doentes e familiares que se deslocam por longas distâncias para um atendimento adequado.

Entre outras medidas, é preciso que o estado se comprometa a apoiar tecnicamente os municípios para a gestão da saúde local e assistência à saúde, fortalecer tecnicamente as regionais de saúde para a função de coordenação de redes de atenção, organizar um registro eletrônico único de saúde e fomentar a pesquisa e a inovação.

3 UM PARANÁ EM MOVIMENTO: INFRAESTRUTURA MODERNIZADA & LOGÍSTICA ADEQUADA

As transformações em processo na economia mundial no que se refere às tecnologias de informação e comunicação (TICs) exigem um reposicionamento mais ativo por parte do Estado do Paraná no que se refere à melhoria da infraestrutura tradicional e na implantação das novas infraestruturas baseada principalmente na Internet das coisas. Uma maior produtividade e competitividade da economia local vai depender de quão bem-sucedidos seremos nessa área.

A falta de habilidade do atual governo estadual em promover uma adequada gestão rodoviária, em especial quanto às concessões (os pedágios deveriam ter sido licitados em 2021) do anel de integração rodoviário, fará com que a próxima gestão tenha que conduzir a nova licitação. Precisamos agir diferente do atual governo, promovendo um preço de tarifa justo e que possa ser arcado pela população e o setor produtivo.

Além das obras do novo Anel de Integração, as demais obras e projetos precisam ser analisadas e viabilizadas, prezando pela qualidade e pela sustentabilidade.

No modal ferroviário é preciso completar o ramal da Ferroeste de um lado a Oeste até os estados do Mato Grosso Sul/ Santa Catarina e ao Paraguai, e de outro lado a leste, melhorar o acesso/ e outro ramal em direção ao Porto de Paranaguá.

A verdadeira parceria público-privada é a melhor forma de viabilizar estes projetos.

4

UM PARANÁ SUSTENTÁVEL: MEIO AMBIENTE, ENERGIAS RENOVÁVEIS E O NOVO DESENVOLVIMENTO

A preservação, conservação e recuperação do meio ambiente é premissa necessária de todo o desenvolvimento atual. Nos dias atuais não é possível admitir a falsa oposição entre reindustrialização, infraestrutura, agricultura, desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. No entanto, as oportunidades decorrentes desta visão sustentável de desenvolvimento têm sido negligenciadas e usadas como peças publicitárias em nosso estado.

A sustentabilidade, face indissociável de uma nova economia, é a oportunidade de reestruturação do desenvolvimento ligeiramente experimentado durante o pequeno período de crescimento econômico que vivemos no Brasil recente. Esta atuação criará empregos, inovação nos processos produtivos, um melhor relacionamento entre as pessoas e com o meio ambiente, permitirá a reestruturação dos serviços, a adequação de obras, enfim movimentará a economia e criará oportunidades.

Neste sentido é necessário um olhar especial para a **água**, haja vista a recente crise hídrica e a contaminação de suas fontes, seja pelos resíduos domésticos e industriais imprópriamente descartados, ou pela contaminação via agrotóxicos e metais pesados provenientes da agroindústria e da mineração, seja com a ocupação e uso indevido do solo, com a poluição do ar com a queima de combustíveis fósseis ou mesmo das mudanças climáticas que afetam o regime de chuvas. Cuidar melhor da nossa água revolucionará todo o ambiente produtivo.

Porém não podemos deixar de, ao mesmo tempo, promover a utilização de energias limpas e renováveis, reduzir a utilização e a dependência de combustíveis fósseis, tudo isso em acordo com os compromissos internacionais como a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

5 UM PARANÁ DE CIDADES CRIATIVAS: PRESENTE E FUTURO GARANTIDOS

No século XX as cidades com alta qualidade de vida e atrativas eram aquelas essencialmente limpas, com bons sistemas de transportes, seguras e verdes (parques e praças) e que ofereciam oportunidades de negócios, trabalho e lazer. No entanto, nas últimas décadas, mudanças econômicas (globalização), tecnológicas (internet), sociais (migrações e longevidade), entre outras, impactaram profundamente a dinâmica urbana.

Em diversos casos houve uma profunda decadência, tais como Detroit (Estados Unidos), Manchester (Inglaterra), Bilbao e Barcelona (Espanha), na medida em que foram atingidas por um processo de desindustrialização devido a transferência de parte das suas indústrias para a Ásia. Um dos resultados deste movimento tem sido a transformação das médias e principalmente grandes cidades em territórios cujo setor produtivo está baseado essencialmente nos segmentos de serviços.

As cidades mais competitivas do mundo atualmente estão cada vez mais dominadas por inovações que substituem recursos naturais não renováveis pelos talentos do ser humano como insumo básico das suas economias. Assim sendo, a vitalidade criativa das pessoas se transforma no ativo essencial que garante a competitividade das cidades e, por consequência, a qualidade de vida das comunidades no mundo globalizado.

Neste contexto, as estratégias de desenvolvimento das cidades visando posicioná-las no patamar de cidades inovadoras requer uma série de novos instrumentos que garantam a retenção de talentos, capacitação de jovens empreendedores e pessoas criativas, atração de empresários e de investidores inovadores, diversificação da matriz produtiva e principalmente ampliação da diversidade social e fortalecimento de projetos culturais e de lazer.

Empresas nascentes inovadoras, mão de obra educada e qualificada, ampla e eficiente infraestrutura de conectividade, produtividade elevada, geração de renda e emprego e qualidade de vida são algumas das principais características das cidades contemporâneas.

As atuais transformações urbanas se baseiam principalmente nas culturas locais e na diversidade social que impulsionam modelos de negócios colaborativos em ecossistemas com boa infraestrutura de conectividade e novas formas de financiamento. As pesquisas também demonstram que o potencial da nova economia se encontra não apenas nas tradicionais regiões da cidade, mas também em bairros mais distantes, que apresentam maior carência de postos de trabalho e oportunidades.

Políticas públicas inovadoras e parcerias público-privadas têm sido utilizadas em todo o mundo visando estimular as iniciativas de projetos e empreendimentos locais. Assim sendo, a expansão da nova economia passou a estar cada vez mais ligada à dinâmica econômica dos territórios e ao desenvolvimento econômico regional e local.

Algumas dessas políticas são: infraestrutura de conectividade, adequação do zoneamento/design urbano, projetos sustentáveis, revitalização de áreas e construções degradadas, clusters criativos, áreas verdes e de lazer; centros culturais, galerias de arte, salas de cinema, preservação do patrimônio histórico, bibliotecas modernas, projetos de audiovisual, museus; a confecção e execução de Planos Integrados Metropolitanos; entre muitas outras.

6 UM PARANÁ EXEMPLO NA EDUCAÇÃO: UMA REVOLUÇÃO EDUCACIONAL INCLUSIVA

A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento de um país. Todavia, o Brasil está em 57º lugar no ranking mundial de avaliação da educação. O sistema de ensino público apresenta vários problemas de ensino, aprendizagem e infraestrutura. Apesar do aumento da verba para a educação, nos últimos anos houve um avanço tímido quanto à qualidade da educação pública. Em especial, a pandemia contribuiu para o agravamento das condições de ensino e aprendizagem, trazendo à tona problemas antigos como baixa alfabetização, aumento do abandono da escola e queda do aprendizado.

Os dois maiores problemas da educação brasileira hoje são a evasão escolar e a baixa proficiência.

A evasão escolar acontece sobretudo pelos motivos de desinteresse em estudar ou trabalho. O relatório da UNICEF mostra que entre as crianças de 11 a 14 anos fora da escola 37% alega o “desinteresse em estudar”. Mas também é importante destacar que 3.510 crianças dessa faixa etária estavam trabalhando ou procurando trabalho, ainda que o trabalho formal seja legalizado apenas a partir dos 16 anos. Importe destacar que a evasão atinge principalmente as crianças em situações mais vulneráveis. A maioria fora da escola era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas, somando 70% do total de evasão. E 61,9% dessas crianças e adolescentes fora da escola viviam em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Com a pandemia de COVID-19, o problema de acesso aos conteúdos do ensino remoto e o agravamento da pobreza fez com que os números de crianças fora da escola que vinham diminuindo desde 2016 voltassem a aumentar. E em novembro de 2020 a evasão escolar no país atingiu mais de 5 milhões de alunos. Especificamente no Paraná a nota do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) destaca que

83 mil crianças de 6 a 17 anos não frequentam a escola, correspondendo a 4,4% da população total dessa faixa etária no Estado. Portanto, também é necessário apresentar soluções para enfrentar essa crise que a situação sanitária gerou no sistema educacional.

No Estado do Paraná os dados do Ideb (indicador que monitora a qualidade da Educação nacional e o fluxo de alunos) demonstram uma deficiência do sistema de ensino quanto ao aprendizado do aluno. A situação de 63,8% das escolas se encontra em atenção ou alerta, com o indicador de aprendizado abaixo da média. Na área de língua portuguesa 59% dos alunos de ensino médio estão em nível básico (precisam melhorar com reforço) ou insuficiente (apresentam pouquíssimo aprendizado e é necessária a recuperação de conteúdos). Já na área de matemática os alunos nestes níveis preocupantes é de 91%. Dos alunos que chegam até o final do ensino médio público, apenas 41% apresentam aprendizado adequado em Português. Esse resultado é ainda pior em matemática pois somente 9% dos alunos do terceiro ano do Ensino médio apresentam aprendizado adequado.

O Brasil precisa adotar soluções mais inovadoras e atacar os problemas centrais.

7 UM PARANÁ MAIS SEGURO: INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO

Nos últimos anos o país se tornou ainda mais inseguro e violento. Vivemos com medo, seja na cidade grande, seja em um pequeno município. O crime organizado se expande dia a dia em muitas cidades, chegando a dominar os presídios.

No entanto, a política de liberação de armas e da autodefesa promovida pelo governo federal provou que não é o caminho para a diminuição da violência e da criminalidade. Muito pelo contrário: na esteira da cultura do ódio, temos visto a banalização da vida. Quanto mais armas, mais violência e mais mortes.

Precisamos mudar este cenário, proteger a população e conter a criminalidade, com maior investimento e qualificação das forças de segurança, implantação de um efetivo sistema de policiamento comunitário de proximidade, ampliação do atendimento as vítimas de violência sexual, consolidação e fortalecimento das estratégias preventivas e educativas em relação à discriminação, conscientização e combate às drogas, ampliação e especialização da segurança no campo, promoção de pesquisa e inovação a partir dos dados do sistema de segurança pública, redução a zero do número de presos em delegacias, combate ao crime organizado com inteligência, e atenção a saúde física e mental dos profissionais de segurança pública.

Ainda é necessário melhorar as condições dos presídios, observando os direitos fundamentais de toda pessoa, mas agir com rigor no controle da criminalidade interna,

com forte incentivo ao bom comportamento interno e aos bons profissionais do sistema. Ao mesmo tempo, reconhecer a fundamentalidade da educação, que escolas de tempo integral, a cultura do cuidado e da oportunidade, especialmente em relação à juventude, como caminho de vida certamente tornará a sociedade mais segura.

8 UM PARANÁ ATENTO: INCLUSÃO, RESPEITO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Com a volta ao mapa da fome, o Brasil e o Paraná têm um grande e urgente desafio. A segurança alimentar deve ocupar o centro das atenções de todas as entidades federadas, juntamente com a erradicação da pobreza e a garantia de vida digna para todas as pessoas. Em um país - e, ainda mais, em um Estado - em que se destaca a produção de alimentos, não se pode admitir que grande parte das pessoas que nele vivem tenham dúvida se terão as três refeições diárias.

A atenção social a grupos vulnerabilizados exige políticas públicas específicas para promover a igualdade material. A compreensão formal da igualdade já demonstrou servir apenas para a manutenção e aumento de desigualdades. Isso é incompatível com o projeto da Constituição de 1988, que impõe a promoção do bem de todas as pessoas, a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

As ações afirmativas, discriminações positivas dirigidas a superar discriminações concretas, devem atingir todos os grupos que se mostram excluídos, seja da elaboração de análises e propositura de soluções, seja do alcance da distribuição da renda produzida no Estado. A população em situação de rua, crescente em face ao empobrecimento provocado pela inflação e pelo desemprego, demanda a disponibilização de abrigos, restaurantes populares, e progressiva ampliação de programas de moradia, de empregabilidade e de desenvolvimento pessoal e social.

A população trans, vítima de discriminação e violência, demanda urgente participação na construção de respostas eficazes para fazer frente às ameaças à sua vida e sua realização pessoal. A criação de instituições especializadas no acolhimento desta população e o desenvolvimento de protocolos quando do atendimento de ocorrências envolvendo pessoas trans são tarefas urgentes. Ainda, são necessárias medidas para promover o acesso amplo à educação e ao emprego.

Outro grupo que demanda providências logo no início dos mandatos é a população negra. Reserva de vagas em concursos públicos, programas educacionais para o enfrentamento do racismo, valorização histórica e políticas afirmativas.

As pessoas portadoras de deficiência, para além da concretização e ampliação da cota garantida constitucionalmente, demandam que as cidades sejam pensadas para

a ampla acessibilidade, incluindo órgãos públicos, equipamentos de lazer e meios de transporte coletivo e individual. Além disso, seria indispensável a formulação de políticas públicas com a participação do público destinatário, para a verificação do diagnóstico e a avaliação das alternativas.

Uma das formas de dar conta da atenção social com ampla cobertura, com inclusão plena de todos os grupos, é a adoção de uma renda mínima universal. Com o mesmo sentido da renda básica defendida no Plano Nacional de Desenvolvimento, a medida deveria ser adotada também em âmbito estadual, como complemento à política nacional de garantia de condições de vida digna. Como renda universal, não haveria condicionantes para o seu recebimento, o que reduziria bastante os custos com o controle da concessão do benefício.

9 UM PARANÁ POR INTEIRO: VALORIZAÇÃO REGIONAL E SUAS POTENCIALIDADES

No contexto das novas economias para valorizar as regiões do Paraná e identificar suas potencialidades, deve-se antes de tudo conhecer a territorialidade das suas riquezas culturais, artísticas, criativas e turísticas em todo o Estado.

As regiões que atualmente implementam projetos transformadores nas novas economias constroem suas agendas com estratégias de longo prazo e com o envolvimento de governos, setor privado e sociedade civil.

Para que isso seja possível recomenda-se investigar quais são os segmentos das novas economias mais promissores a serem estimulados em cada região do Paraná utilizando metodologias que considerem todas as suas características: econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e turísticas.

No caso do Paraná, considerando sua robusta e capilar rede estadual universitária, esse trabalho pode ser realizado em parceria com as universidades e institutos de pesquisa devido a suas competências em pesquisa e desenvolvimento.

Neste sentido ações estruturantes de desenvolvimento regional são: incentivos aos profissionais das novas economias paranaenses; mapeamento das riquezas turísticas e gastronômicas regionais; constituição de Observatório das Novas Economias do Paraná; criação de Rede Paranaense de Startups; consolidar a melhor Rede de Infra-Estrutura Estadual de Conectividade Digital.

Lembrando, no entanto, que a maioria das novas economias – sustentável, inovadora, criativa, do conhecimento e circular - também fortalece as empresas de outros segmentos – indústria, serviços e agroindústria – por meio de investimentos

em intangíveis (pesquisa e desenvolvimento, software, design, marca), que passam a ter maior capacidade de criatividade, inovação e sustentabilidade na geração de novos produtos e nos seus processos, serviços e sistemas. Esse é o poder do impacto transversal dos empreendimentos das novas economias na economia do Paraná como um todo.

10

UM PARANÁ JUSTO E IGUALITÁRIO: A POLÍTICA COMO SUBSTANTIVO FEMININO

O Brasil nunca foi exemplo de participação feminina na política, mas nos últimos anos os índices ficaram ainda mais baixos. A mesma lógica de invisibilidade de mulheres se deu no governo do Estado e na prefeitura da capital. A ausência de representação de grupos minorizados traz efeitos simbólicos, com o reforço de uma mentalidade de que a política é feita por e para apenas um tipo de pessoa, mas também se reflete no conteúdo das decisões políticas e das políticas públicas.

Faz-se indispensável a criação da Secretaria Especial das Mulheres no âmbito estadual, bem como a garantia da nomeação de um secretariado paritário. A paridade de gênero também deve estar presente na nomeação de cargos em comissão e na indicação para os tribunais. As mulheres devem, ainda, participar ativamente da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de planejamento familiar, direitos reprodutivos, educação infantil e básica, mobilidade, moradia, transporte. Não deve haver em todo o Estado salários diferentes para a mesma função.

As diversas formas de violência contra as mulheres devem ter um enfrentamento imediato. Não é admissível que as mulheres que escolheram o Paraná como seu lar vivam com medo, medo de sair, medo de voltar para casa, medo de se manifestarem. Agentes de segurança pública devem ter treinamento especial para fazer cessar qualquer manifestação ofensiva e também para atender mulheres que forem registrar ocorrências nas delegacias. Na área da saúde, uma atenção especial aos direitos reprodutivos é necessária para promover dignidade para as mulheres. Para as mulheres em situação de vulnerabilidade, a garantia de moradia ou acolhimento e de renda mínima é medida essencial.

Para impulsionar a geração de renda e melhorar ao mesmo tempo a sociedade e a vida das mulheres, o estímulo ao empreendedorismo é um caminho virtuoso. Os empreendimentos criados pelas mulheres são negócios menores, tendem a estar no setor de serviços, têm mais alta taxa de sobrevivência, utilizam capital menor, porém têm mais dificuldades para acessar recursos financeiros, humanos e capital social. Para vencer esses obstáculos, propõe-se capacitar pessoal das instituições financeiras no atendimento às mulheres empreendedoras; criar o Banco da Mulher Empreendedora do Paraná; implementar premiações para as mulheres empreendedoras; oferecer

cursos especiais de capacitação gerencial as mulheres e no caso presencial considerar a sua diferenciada disponibilidade de tempo; criar sistemas de mentorias as mulheres empreendedoras; eliminar completamente a burocracia pública, inclusive com “mutirões de desburocratização” desenhados especialmente para as mulheres empreendedoras, pois elas dispõem de menos tempo do que os homens para fazer funcionar seus empreendimentos, e viabilizar o acesso eficiente a informações atualizadas sobre negócios.

11

UM PARANÁ TRANSPARENTE: O PODER PÚBLICO COMO PODER EM PÚBLICO

A cultura do sigilo é contrária a um governo republicano. Um estado que já teve diários secretos e um país em que o sigilo virou moeda corrente para atos e fatos de interesse público, a recuperação da transparência na gestão pública é tarefa urgente. Mas não basta seguir as exigências do direito fundamental de acesso à informação pública, colocando os dados em páginas oficiais.

Para que o povo paranaense possa acompanhar a atuação dos poderes públicos, é preciso levar em consideração que a maior parte das pessoas acessa a internet via celular, em face da ausência de serviço público ou a preço módico de banda larga. Assim, as informações devem ser apresentadas em aplicativos em que a visualização em telas pequenas seja compreensível. Também a linguagem precisa ser adaptada para que qualquer pessoa consiga entender o que está sendo disponibilizado. Além disso, a adoção de totens para consultas em praças, equipamentos públicos e terminais de ônibus pode servir para incentivar o controle cidadão sobre a atuação de agentes públicos.

Uma forma de participação ativa pode ser a ampliação das decisões sobre a aplicação do orçamento do Estado, desde que com recortes específicos e acompanhadas de amplos debates, audiências públicas (com transmissão e disponibilização da gravação) e ainda explicações sobre os limites impostos pelas leis orçamentárias.

Ainda vale ressaltar um compromisso com a preferência por concursos públicos, com real verificação de conhecimento e aptidão e garantia de estabilidade, contra cargos de livre nomeação e exoneração por parte de gestores. E, ainda que pareça óbvio, uma governança democrática é uma governança com paridade de gênero no secretariado e com efetiva participação de pessoas de grupos minorizados.

12

UM PARANÁ PARA O PRESENTE E PARA O FUTURO: A JUVENTUDE NA POLÍTICA E POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Os anos de governos descompromissados com uma sociedade mais justa e igualitária levaram ao descrédito da juventude paranaense na política. O elevado número de jovens entre 16 e 18 anos que se juntou ao eleitorado, no entanto, nos permite ser otimistas em relação às eleições de 2022 e, principalmente, ao trabalho de reconstrução da política nacional que irá se seguir.

Desde logo, é preciso que as pessoas jovens sejam incluídas na elaboração, execução e acompanhamento das políticas públicas dirigidas à juventude. Ou seja, o diagnóstico dos problemas, a eleição de prioridades, a construção de soluções e a avaliação das ações. Essa é uma das ações principais para uma nova forma de fazer política. Pensar o desenvolvimento sem a sociedade do futuro é impor antidemocraticamente opções às gerações que virão. Isso inclui a participação de jovens nos cargos do secretariado, de assessorias e nos conselhos, não apenas no Conselho da Juventude.

Como pontos fundamentais, defendemos que a política educacional, para a superação das deficiências no ensino e no aprendizado, deve incluir visão crítica e preparado para o exercício profissional, com opção para o ensino em tempo integral, com a prática de esportes e oferecimento de atividades culturais nos estabelecimentos educacionais. Ainda, faz-se urgente a recuperação e a expansão das universidades estaduais, acompanhada de políticas de permanência, bem como o oferecimento de cursos técnicos, por meio de parcerias com o governo federal, Sistema ‘S’, empresas estatais e privadas. A política de segurança pública e a política de saúde devem priorizar as questões relacionadas à juventude, principalmente à juventude periférica, para impulsionar um desenvolvimento igualitário. E, ainda, a criação de um Portal do Futuro, com programas e políticas de desenvolvimento para a juventude.

O MAIS IMPORTANTE: PARANÁ, ESTADO DE DIREITOS E RESPEITO

O Paraná é um estado plural. Formado por pessoas vindas de muitos lugares, por vontade própria ou por força, e por pessoas que já estavam aqui, o Paraná apresenta-se como um caleidoscópio de cores e culturas. Apesar dessa pluralidade, a construção histórica se deu no sentido de uma certa homogeneidade cultural. Costuma-se afirmar que não houve escravidão no Paraná, em face da mão de obra vinda de países europeus. No final do século 18, no entanto, aponta-se que 20,35% da população da Lista Nominativa de Habitantes era formada por pessoas cativas, indígenas e negras. Ao final do Império, foram registradas 10.564 pessoas escravizadas no estado em uma população total de 126.722 habitantes. Apesar da redução, a população negra ainda era superior a todas as outras etnias consideradas individualmente. Ainda assim, houve um apagamento dessas populações, sem o reconhecimento em praças e homenagens.

É necessário recuperar essa dimensão simbólica. Mas, para além disso, é preciso promover uma alteração das mentalidades, incorporando no processo educacional a participação das populações negra e indígena na formação do povo paranaense e adotar, de maneira efetiva, políticas públicas dirigidas para a superação das desigualdades étnicas. É preciso urgentemente fazer cessar a violência contra o povo negro, reconhecer os territórios quilombolas e demarcar as reservas indígenas, e destinar uma política pública de distribuição de renda para garantir condições de vida digna.

Na questão de gênero, as mulheres do Paraná têm salários menores e mais horas de trabalho, apesar de ostentarem maior nível educacional. Participam ativamente no mercado de trabalho, mas não estão em posição de igualdade nos cargos de direção. Os índices de violência contra as mulheres são preocupantes. Após uma significativa melhora entre 2019 e 2020, o número de feminicídios aumentou no último ano. O mesmo aconteceu com o número de estupros informados às autoridades policiais, com o Paraná estando acima da média nacional. Maioria da população e do eleitorado, as mulheres do Paraná ainda sofrem com violência física, simbólica, moral e patrimonial.

Curitiba é o 10º município do país em violência contra a população LGBTQIAP+. Com uma expectativa de vida mais baixa e com demandas específicas de empregabilidade, saúde, esporte e educação, é preciso que o governo do Estado e a Assembleia Legislativa adotem medidas de curto, médio e longo prazo, com a participação de representantes em todas as fases.

As pessoas idosas, riqueza de um povo, não estão sendo atendidas com a atenção necessária pelo poder público e pela sociedade. Em 20 anos, projeções da pirâmide etária do estado mostram um aumento na população idosa em comparação a jovens e pessoas adultas, o que nos coloca um duplo desafio: cuidar de quem já está em idade avançada e preparar um sistema de atenção plena para o futuro, com atenção especial para a digitalização dos serviços públicos de modo a não excluir essa parcela da sociedade.

Finalmente, as crianças paranaenses merecem um olhar especial. Responsáveis pelo futuro, são titulares de direitos - saúde, educação, moradia, alimentação, lazer, meio ambiente equilibrado. As crianças têm direito ao futuro. Pensar na cidadania do amanhã, tomando decisões que garantam uma vida melhor imediatamente mas sem sacrificar o futuro, deve ser o compromisso dos poderes públicos.

O Paraná é plural, mas seus governos não têm sido assim. As opções políticas por apenas uma parte da população, com a defesa de interesses parciais, não fazem jus à diversidade de etnias, culturas, contribuições da população que aqui vive. Está na hora de um novo Paraná, um Paraná que respeite todas as pessoas que aqui nasceram ou que escolheram aqui morar.

NOS VEMOS EM BREVE

Junte-se a nós neste movimento. O Paraná é terra fértil no qual o trabalho sério e comprometido sempre é recompensado com uma bela colheita. Que ela seja justa, inclusiva, inovativa, democrática e referência para o Brasil e para o mundo!

EQUIPE E PARTICIPANTES

Nelton Friedrich, Eneida Desiree Salgado, Gina Paladino, Fabio Scatolin, Dante Barleta Neto, Marcia Raquel de Oliveira, Diogo Tavares, Marcus Ganter, Lucas Kogut, Haroldo Ferreira, Roberta Cibin, André Menegotto, Valmor Stédile, Audrei Dassoler, Rodrigo Ponce.





PROJETO
PARANÁ



PROPOSTA



**PLANO ESTADUAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL**

2023 / 2027



**CURITIBA
2022**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Esforços institucionais como este, materializados por meio de planejamentos estratégicos, relatórios de gestão e sistematizações de diversas ordens refletem um cumprimento de dever da Administração Pública, principalmente no que se refere à sua responsabilidade em instituir diretrizes sólidas e transparentes para suas organizações. O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, desde o seu princípio, além de cumprir com os objetivos supracitados, será concebido também como um projeto em edificação. Desta forma, toda a estrutura, escopo e conteúdo disponíveis nestas páginas serão selecionados institucionalmente com um objetivo principal de transformar esse material em um instrumento de trabalho efetivo para os gestores e operadores do sistema de segurança pública e defesa social paranaense.

2. NORMATIZAÇÃO

Um dos pilares da Institucionalização é o da normatização. É fundamental que todas as ações previstas em um planejamento estejam expostas e organizadas por instrumentos regulamentares. Isso possibilita a previsibilidade, transparência e responsabilização na execução das ações de todas as instituições e profissionais envolvidos no processo.

3. LEGITIMIDADE INTERNA / EXTERNA

Conforme exposto, a normatização é um dos pilares para a Institucionalização. Todavia, ela sozinha não possui a sustentação necessária para assegurar a efetiva execução das ações e muito menos sua perenidade. É necessário que desde seu processo de formulação as iniciativas se preocupem em se instituir por meio do fomento do pertencimento entre aqueles que a operarão e pela adesão entre os que dela farão uso. Por isso, um dos pilares mais importantes para a Institucionalidade é da Legitimidade, sendo inclusive o princípio norteador da metodologia utilizada na construção do presente Plano.

a. ETAPA 1 – Diagnóstico

Inspirados pelas metodologias cíclicas de formulação e acompanhamento de projetos, PDCA e BSC, a primeira atividade do Grupo de Trabalho Interdisciplinar - GTI será o estabelecimento de um diagnóstico do campo de segurança pública e defesa social paranaense. Neste diagnóstico serão analisadas as bases normativas, considerando a interseccionalidade dos planejamentos vigentes (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituído pelo Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018, e planejamentos estratégicos de cada uma das instituições componentes do GTI), em conjunto com os indicadores do estado.

1) Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

- Macroobjetivos analisados no processo de construção do Plano:

Objetivo 1: Reduzir os homicídios e outros crimes violentos letais;

Objetivo 2: Reduzir todas as formas de violência contra a mulher, em especial as violências doméstica e sexual, prevenir e reprimir situações de exploração sexual (independentemente de gênero) e aprimorar o atendimento a cargo dos órgãos operacionais do SUSP nos casos envolvendo populações vulneráveis e minorias;

Objetivo 3: Enfrentamento às estruturas do crime organizado;

Objetivo 4: Aprimorar os mecanismos de prevenção e repressão aos crimes violentos patrimoniais;

Objetivo 5: Elevar o nível de percepção de segurança da população;

Objetivo 6: Fortalecer a atuação dos municípios nas ações de prevenção ao crime e à violência, sobretudo mediante ações de reorganização urbanística e de defesa social;

Objetivo 7: Aprimorar a gestão e as condições do Sistema Prisional, visando eliminar a superlotação, garantir a separação dos detentos, nos termos da Lei de Execução Penal, e as condições mínimas para ressocialização com oportunidades educacionais, de qualificação profissional e de trabalho;

Objetivo 8: Fortalecer o aparato de segurança e aumentar o controle de divisas, fronteiras, portos e aeroportos;

Objetivo 9: Ampliar o controle e o rastreamento de armas de fogo, munições e explosivos;

Objetivo 10: Promover a revisão, a inovação e o aprimoramento dos meios e mecanismos, considerando os aspectos normativos, financeiros, materiais e humanos, de combate aos crimes ambientais e aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores e de corrupção que envolvam crimes ambientais como antecedentes;

Objetivo 11: Consolidar em nível legislativo fontes contínuas, previsíveis e suficientes de financiamento das ações de segurança pública e regular, por meio de modelos científicos, a sua utilização;

Objetivo 12: Implementar programa de reaparelhamento, aprimorar a governança e a gestão das políticas, programas e projetos de segurança pública e defesa social, com vistas a elevação da eficiência de atuação dos órgãos operacionais do SUSP;

Objetivo 13: Valorizar e assegurar condições de trabalho dignas aos profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário;

Objetivo 14: Aprimorar os mecanismos de controle e prestação de contas da atividade de segurança pública;

Objetivo 15: Estabelecer política, programa de aparelhamento adequado e aprimorar procedimentos voltados à prevenção de situação de emergência e desastres.

2) RELATÓRIO ESTATÍSTICO CRIMINAL 2022

(Dados e projeções 1º Trimestre – até Março/2022)

| CRIMES PRATICADOS NO PARANÁ | |
|--------------------------------|----------------|
| CONTRA A PESSOA | 58.328 |
| CONTRA O PATRIMÔNIO | 91.846 |
| CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL | 2.221 |
| CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 4.933 |
| FURTOS CONSUMADOS | 42.145 |
| ROUBOS CONSUMADOS | 6.181 |
| TOTAL GERAL | 205.654 |

Fonte: (Relatório Estatístico Criminal 1º Trimestre/2022 – SESP/PR).

Analisando o conteúdo dos materiais supracitados, transversalizando os planejamentos vigentes aos indicadores criminais, o Grupo de Trabalho Interdisciplinar - GTI observou os seguintes aspectos para serem protagonizados ao longo da construção das propostas institucionais, demandando uma análise mais aprofundada por temática.

1.Redução de indicadores criminais

As estatísticas da Secretaria da Segurança Pública sinalizam para o registro de um total de 205.654 ocorrências criminais no ano de 2022, conforme exposto no relatório estatístico criminal.

A temática guarda correspondência, ainda, nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – Objetivo 1: Reduzir os homicídios e outros crimes violentos letais
- Planejamento Estratégico da Secretaria da Segurança Pública – Assegurar celeridade e efetividade na promoção da segurança pública
- Planejamento Estratégico da Polícia Militar – Expandir as ações de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública

- Planejamento Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar – Otimizar os serviços do CBM prestados à sociedade (Reestruturar o serviço de resgate)
- Planejamento Estratégico da Secretaria da Cidadania e Justiça – Promover a garantia dos direitos humanos (Universalizar direitos no contexto de desigualdades)
- Planejamento Estratégico da Secretaria do Município de Segurança Pública e Mobilidade Urbana – Prefeitura nos bairros (Proporcionar meios e condições aos setores administrativos de desenvolverem suas atividades funcionais)

2. Promoção da Cultura de Paz

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 1:** Reduzir os homicídios e outros crimes violentos letais; **e Objetivo 2:** Reduzir todas as formas de violência contra a mulher, em especial as violências doméstica e sexual, prevenir e reprimir situações de exploração sexual (independentemente de gênero) e aprimorar o atendimento a cargo dos órgãos operacionais do SUSP nos casos envolvendo populações vulneráveis e minorias

- Planejamento Estratégico da Secretaria da Segurança Pública – Assegurar celeridade e efetividade na promoção da segurança pública
- Planejamento Estratégico da Polícia Militar – Expandir as ações de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública (Redução dos índices dos crimes contra o patrimônio e contra a vida)
- Planejamento Estratégico da Secretaria da Cidadania e Justiça – Promover a garantia dos direitos humanos (Universalizar direitos no contexto de desigualdades)

- Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana de Palmas – Prefeitura nos bairros.

3. Gestão Interagências

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – Estratégia do **Objetivo 1**: Reduzir os homicídios e outros crimes violentos letais, por meio do fortalecimento da capacidade investigativa das Polícias Civis, fomentando a desburocratização e capacitação em investigação criminal, a fixação de protocolos comuns de ação entre as instituições de segurança pública e do sistema de justiça criminal, bem como o estabelecimento de sistemas de metas e monitoramento; promoção, nas hipóteses previstas em lei, e nos casos em que se mostrar de efetiva necessidade, forças-tarefa de investigação de homicídios, crime organizado e delitos de grande incidência criminal, para apoiar as Polícias das Unidades Federativas com menores índices de elucidação; e **Objetivo 3**: Enfrentamento às estruturas do crime organizado, por meio da troca de informações de inteligência policial e de inteligência de Estado sobre estrutura, lideranças e integrantes de organizações criminosas entre as diferentes organizações policiais da União e dos Estados e do Distrito Federal.

4. Fortalecimento da Inteligência

Em consonância com as preocupações em relação à redução de indicadores criminais, a partir de sua transversalidade com os processos investigativos, o fortalecimento das áreas e atividades de inteligência foi sinalizado pelo GTI como um ponto relevante de análise.

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 3:** Enfrentamento às estruturas do crime organizado, com enfoque para a reformulação e fortalecer o Subsistema Nacional de Inteligência de Segurança Pública – SISP e fomento e aperfeiçoamento das estruturas estaduais de inteligência; **Objetivo 9:** Ampliar o controle e o rastreamento de armas de fogo, munições e explosivos, por meio do desenvolvimento de materiais de referência para ações de investigação e inteligência que envolvam armas de fogo, munições e explosivos.
- Planejamento Estratégico da Secretaria da Segurança Pública – Aprimorar o combate à criminalidade por meio do fortalecimento do processo investigativo e de inteligência.

5. Modernização da Gestão

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 12:** Implementar programa de reaparelhamento, aprimorar a governança e a gestão das políticas, programas e projetos de segurança pública e defesa social, com vistas a elevação da eficiência de atuação dos órgãos operacionais do SUSP.
- Planejamento Estratégico da Secretaria da Defesa Social e Trânsito – **Objetivo 3:** Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da SMDT. Descrição do objetivo: melhoria do parque tecnológico, aquisição de sistemas e melhoria da comunicação.
- Planejamento estratégico da Polícia Militar – **Objetivo 3:** Fortalecer o sistema de tecnologia da informação e comunicação para tomadas de decisão fomentar e maximizar o uso da TI como ferramenta primordial para o alcance dos objetivos e estratégias de negócio da PMPR, padronizando rotinas, otimizando processos de trabalho, monitorando o desempenho na prestação e entrega de produtos, resultados e serviços.

6 Gestão de Pessoas

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 13:** Valorizar e assegurar condições de trabalho dignas aos profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário, por meio da proposição de modelos de referência sobre alocação de efetivo, jornadas e escalas de trabalho dos profissionais; instituição de programas de cuidado biopsicossocial, planos de cargos e carreiras e regimes de prerrogativas, aquisição de equipamentos de proteção individual para os riscos inerentes às atividades, promoção de concursos públicos, programas de capacitação e atualização permanente dos profissionais de segurança pública, entre outros.

7. Gestão da Informação

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 12:** Implementar programa de reaparelhamento, aprimorar a governança e a gestão das políticas, programas e projetos de segurança pública e defesa social, com vistas a elevação da eficiência de atuação dos órgãos operacionais do SUSP, por meio do fomento e produção periódica e padronizada de informações e dados sobre segurança pública, defesa civil e justiça, entre outros.

8. Comunicação Institucional

Ainda que sem menção expressa nas bases normativas e de planejamento institucional, diante da eminência de instituições de novos modelos de gestão, como gestão de pessoas, processos e por resultado, no âmbito do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social o Grupo de Trabalho Interno - GTI entendeu a necessidade de se definir as estratégias específicas de comunicação interna e externa.

O fortalecimento das comunicações internas, difusão das informações e alinhamento interinstitucional foram elencados como tópicos a serem avaliados de forma mais aprofundada.

9. Desenvolvimento Tecnológico

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Planejamento Estratégico da Polícia Militar – Fortalecer o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação para tomadas de decisão e implantação do sistema eletrônico integrado
- Planejamento Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar – Fortalecer a gestão de TI e comunicação do CBMPMPR, aquisição, reestruturação e modernização de estrutura física e operacional da tecnologia da informação, desenvolvimento da comunicação interna, fomentar a tabulação estatística dos dados, melhorar a comunicação operacional, proporcionar o fluxo rápido de informações, garantir publicidade verídica e incrementar ações de marketing do CBMPMPR.
- Planejamento Estratégico da Secretaria de Cidadania e Justiça – Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da SEDPS, melhoria do parque tecnológico, aquisição de sistemas e melhoria da comunicação.

10. Defesa Social

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 6:** Fortalecer a atuação dos municípios nas ações de prevenção ao crime e à violência, sobretudo mediante ações de reorganização urbanística e de defesa social, por meio do estímulo à criação de consórcios e outras parcerias interestaduais e intermunicipais para atuação conjunta e integrada em ações de segurança pública e defesa social.

. Secretaria da Cidadania e Justiça - Promover a garantia dos direitos humanos (Universalizar direitos no contexto de desigualdades)

11. Corregedorias e Ouvidorias

A temática guarda correspondência nas bases normativas e de planejamento institucional da seguinte forma:

- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2023-2027) – **Objetivo 14:** Aprimorar os mecanismos de controle e prestação de contas da atividade de segurança pública, por meio de ações de fomento, criação e fortalecimento das Corregedorias de Polícia, Corpos de Bombeiros Militares, das Guardas Municipais e do Sistema Penitenciário.

12. Segurança no Trânsito

Semelhante à comunicação institucional, mesmo que sem definições expressas nos planejamentos vigentes, a segurança no trânsito é outro assunto

relevante a ser pensado no estado do Paraná. O estado, ligado principalmente por estruturas viárias, demanda atenção em relação a sua infraestrutura e manutenção, aos condutores dos veículos e sinalização viária.

Identificou-se, dessa forma, a necessidade de se pensar soluções em três frentes de trabalho consideradas sensíveis diante do diagnóstico das instituições: álcool e direção, motociclistas e direção defensiva, viabilizando a prospecção de ações preventivas em relação aos acidentes e mortes no trânsito, estruturação dos órgãos envolvidos nas atividades rotineiras relacionadas ao trânsito, bem como fiscalização das ações dos condutores infratores.

Tais análises viabilizaram a fragmentação das atividades e discussões em câmaras temáticas específicas, conforme quadro abaixo:

| | |
|--|---------------------------------------|
| 1. Redução de Indicadores Criminais | 7. Gestão da Informação |
| 2. Promoção da Cultura de Paz | 8. Comunicação Institucional |
| 3. Gestão Interagências | 9. Desenvolvimento Tecnológico |
| 4. Fortalecimento da Inteligência | 10. Defesa Social |
| 5. Modernização da Gestão | 11. Corregedorias e Ouvidorias |
| 6. Gestão de Pessoas | 12. Segurança no Trânsito |

Diante desta definição, as instituições realizaram novas indicações de representantes para compor as câmaras específicas, destinando profissionais com expertise e atuação na temática dentro de suas corporações. De forma paralela, o GTI fez também a indicação de instituições externas a serem convidadas para participar do processo, que também fizeram suas respectivas indicações e foram incluídas nas atividades. Assim, cada uma das câmaras temáticas passou a ser composta por um conjunto multidisciplinar e interinstitucional de profissionais especialistas no tema.

Com as composições definidas, as câmaras serão incumbidas de elaborar um diagnóstico, agora específico da área, definir os objetivos macroestratégicos e auxiliar na proposição dos programas, projetos e ações do Plano.

QUADRO DOS EIXOS DIRETIVOS DO PLANO

Correlação entre câmaras temáticas e os eixos diretivos do Plano

| EIXOS | CAMARAS TEMÁTICAS |
|--|----------------------------------|
| 1. GESTÃO INTERAGÊNCIAS | Redução de Indicadores Criminais |
| | Gestão Interagências |
| 2. MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO DE INVESTIMENTOS | Modernização na Gestão |
| | Comunicação Institucional |
| | Corregedoria de Ouvidorias |
| | Gestão da Informação |
| 3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL | Gestão de Pessoas |
| 4. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA | Fortalecimento da Inteligência |
| | Desenvolvimento Tecnológico |
| 5. PROMOÇÃO DE CULTURA DE PAZ | Promoção da Cultura de Paz |
| | Defesa Social |
| 6. SEGURANÇA NO TRÂNSITO | Segurança no Trânsito |

b. Etapa 2: Objetivos Estratégicos

1. Gestão Interagências

O objetivo deste eixo trata da implementação de uma regionalização integrada entre as forças de segurança pública e defesa social, promovendo o fortalecimento e institucionalização da integração entre as agências e, principalmente, viabilizando a redução dos indicadores criminais e aumento da sensação de segurança.

2. Modernização Institucional e Gestão de Investimentos

O objetivo deste eixo trata, inicialmente, do reaparelhamento necessário às instituições para o efetivo cumprimento de suas atividades, meios e fins. É responsável, também, pelas ações que visem à implementação de práticas no âmbito das instituições de segurança pública e defesa social que privilegie uma gestão por resultados e por processos

3. Desenvolvimento Humano e Organizacional

O objetivo deste eixo trata da implementação de uma política educacional, de valorização dos servidores, por meio da estruturação das áreas e processos de ensino das instituições, ações relacionadas à instituição de uma gestão por competências nas corporações e projetos destinados à promoção da saúde dos servidores.

4. Inovação Tecnológica

O objetivo deste eixo trata de ações que viabilizem a qualificação do parque tecnológico das instituições de segurança pública e defesa social,

otimizando processos de comunicações internas e interinstitucional, registro e qualificação das informações.

5. Promoção da Cultura de Paz

O objetivo deste eixo trata de um conjunto de ações que busquem a materialização, no âmbito das instituições, da cultura de paz como norteadora estratégica, tática e operacional das atividades. Ações específicas para garantia de direitos humanos, defesa social, participação social, aproximação com a sociedade e instituição de ambientes que permitam o fomento da cidadania compõe os objetivos do presente eixo.

6. Segurança no Trânsito

O objetivo deste eixo trata da implementação de um conjunto de ações com vistas redução da violência no trânsito, privilegiando iniciativas relacionadas à direção defensiva, álcool e direção e redução de acidentes envolvendo motociclistas.

c. ETAPA 3: Participação Social

Conforme explicitado em relação à preocupação quanto à legitimidade interna e externa, é fundamental que as ações aqui postas estejam de acordo com as demandas sociais e alinhadas aos pressupostos democráticos que regem todas as atividades da Administração Pública. Assim, além dos aspectos internos, ilustrados pela participação de inúmeras instituições neste processo, como já mencionado, o Plano também será estruturado por meio de instrumentos de participação social.

Neste sentido, serão aplicados questionários junto aos Conselhos Comunitários de Segurança, abertura de um processo de consulta online no website da Secretaria da Segurança Pública a qual realizará uma Audiência Pública permitindo a participação efetiva dos cidadãos paranaenses neste planejamento.

As contribuições da sociedade civil, recebidas por meio dos questionários aplicados junto aos Conselhos Comunitários de Segurança, consultas virtuais e Audiência Pública serão sistematizadas, absorvidas ao planejamento e publicizadas no site da Secretaria da Segurança Pública. A transparência ao longo de todo esse processo será considerada como fator fundamental, não apenas para qualificar a prestação de contas das atividades desenvolvidas pelas instituições, mas para manter – de forma semelhante aos pilares de regulamentação – a clareza e alinhamento quanto às definições efetuadas pelos atores envolvidos.

1. CAPACIDADE DE APLICAÇÃO

Finalizando os aspectos desenvolvidos em busca da Institucionalização do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, experimentados pelas formas de Normatização e fomento de Legitimidade, as execuções das propostas dependem, ainda, da capacidade de aplicação. Nenhum planejamento é executado em um cenário em branco, existem capacidades orçamentárias, logísticas, sociais e institucionais que devem ser levadas em consideração ao longo desse processo.

Para isso, conhecerás características do estado do Paraná e a organização das instituições será também fundamental para a proposição de uma cartela de ações exequíveis. Desta forma, antes de avançar na conjuntura atual das instituições envolvidas nesse processo, é necessário contextualizar o estado do Paraná e seus principais indicadores referentes à sociedade e a economia.

2. INSTITUIÇÕES

Nesse arranjo jovial, o estado possui, fundamentalmente, seis entidades envolvidas no sistema de segurança pública e defesa social, sendo elas: **Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Corpo de Bombeiros Militar e Guarda Municipal**. É necessário, então, compreender o organograma de cada uma delas e visualizar a disposição que receberá e descentralizará todas as propostas submetidas neste Plano.

Os quadros organizacionais refletem a estrutura institucional que, junto ao contexto sociodemográfico do estado, recepcionará a cartela de proposições do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Considerando o conjunto de atores envolvidos e a quantidade significativa de ramificações dentro das corporações é indispensável que se estabeleçam as rotinas interinstitucionais e fluxos de trabalho necessários à implementação dos programas e projetos. Por tal razão, a busca pela Institucionalização reiterada ao longo de todas as atividades de construção do Plano, dar-se-á no

bojo de dois princípios norteadores para a implementação das propostas:
Regionalização e Promoção da Cultura de Paz.

3. DIRETRIZES

PRINCÍPIO DA REGIONALIZAÇÃO

Como exposto na contextualização inicial do Plano, a diversidade social identificada em quaisquer estados do Brasil é acentuada no Paraná em razão da heterogeneidade de divisas em seu território. Talvez esse seja um dos principais desafios das políticas de segurança pública e defesa social, refletido na necessidade de desenvolvimento de intervenções igualitárias e homogêneas, mas respeitando as disparidades em relação aos contextos, demandas e conjunturas criminais diversas. Uma alternativa encontrada há quase oito décadas foi a do exercício da regionalização.

“O conceito de região é polissêmico e por esta razão torna-se necessário clarificar a respeito do que entendemos por região e regionalização. O conceito de região é um dos mais importantes da geografia e foi desenvolvido como uma forma de entender o espaço geográfico a partir de sua fragmentação em particularidades detentoras de características relativamente homogêneas e/ou identificáveis. Das regiões naturais, passando pelas regiões homogêneas e depois pelas regiões funcionais, o desenho de regionalizações foi tido como uma forma de compreender, ordenar e planejar o território.”
(BOSCARIOL, 2017, p. 186).

Assim, objetivando identificar características comuns de determinada localidade, a regionalização permite uma atuação seletiva e orientada para

determinado espaço. Esse princípio organiza as intervenções públicas no Brasil desde a década de 1940, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou uma nova forma de concepção territorial que, atualizada em 1969, resultou no modelo atual de como concebemos a federação, baseada nas características políticas e fisiográficas do território nacional divididas em áreas Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte (BOSCARIOL, 2017).

4. REGIÕES E ÁREAS INTEGRADAS

Recentemente, um conjunto de políticas públicas de segurança passou a aderir esse princípio na organização de suas ações como forma de melhor orientar suas intervenções. Contudo, considerando que todas elas tratavam de problemas complexos tal regionalização integrava um conjunto diverso não apenas de localidades, mas também de organizações. Assim, estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo passaram a aderir as Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública.

Assim, inspirados nos resultados positivos dessa forma de regionalização, principalmente no que se refere à redução de indicadores criminais e aumento da sensação de segurança dos espaços, as instituições que compõe o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social avançaram no sentido de constituir, de igual forma, suas respectivas regiões e áreas integradas. Neste modelo é possível o acompanhamento próximo do contexto criminal da região e a melhor compreensão das demandas locais.

É necessário ponderar que, considerando a complexidade não apenas dos fenômenos criminais, mas também da multiplicidade institucional envolvida neste processo, esses formatos de regionalização são fundamentais para qualificar quaisquer esforços de integração institucional. É fundamental a compreensão do campo de segurança pública e defesa social de forma sistemática, em uma visão processual, que envolva todas as instituições intérpretes em perspectiva preventiva, ostensiva e corretiva. A divisão territorial, a definição de protocolos interinstitucionais, o fortalecimento da comunicação dos órgãos são consequências desse novo desenho espacial, resultando necessariamente na otimização das interações entre os agentes públicos.

MAPA INTEGRAÇÃO SUL / SUDESTE – AISP´s



Figura 01 – (www.google.com.br).

5. SISTEMA DE METAS

As instituições passam a conhecer em maior definição as necessidades locais, bem como toda a rede de atendimento disponível para o encaminhamento e atendimento das ocorrências. Os órgãos públicos passam a se comunicar em procedimentos e periodicidade definidas, regulamentadas e efetivas para dar o devido encaminhamento às demandas ou fazer intervenções eventuais. O Estado passa a se organizar por meio de dados concretos, fazendo uma gestão por evidências e ofertando serviços de qualidade para a população. Usualmente, a regionalização integrada serve, ainda, para a implementação de Sistemas Integrados de Metas. Viabiliza, dessa forma, a possibilidade de instituição de uma gestão por resultados, por meio da execução de rotinas de reuniões de acompanhamento de indicadores e de análise criminal.

6. PRINCÍPIOS

PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E SEGURANÇA CIDADÃ

Desde o início da construção do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social optou-se por considerar não apenas o caráter tecnocrático das ações, ou seja, o protagonismo solitário da técnica. O GTI e, posteriormente, as Câmaras Temáticas observarão ao longo de suas atividades também os princípios diretivos do planejamento por meio dos objetivos macroestratégicos dos eixos. Em nível mediano, os debates serão pautados pelas diretrizes de enfoque em redução de indicadores e aumento da sensação de segurança, gestão de pessoas e processos, fortalecimento e modernização das instituições, aprimoramento tecnológico, integração dos órgãos da Administração Pública direta e indireta, valorização e capacitação dos profissionais de segurança, participação social, prevenção da violência e promoção da segurança cidadã. Neste cenário, é relevante identificar, em nível macro, como todas essas ações estão justapostas.

Desta forma, para compreender os conceitos de promoção da cultura de paz e sua aplicação para o Plano em questão, por meio da Segurança Cidadã, é necessário entender como proposições do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social pretendem ser executadas e de como ocorrerá a atividade no âmbito das RISPs e AISPs supracitadas.

A construção dos Territórios da Paz é uma preocupação governamental brasileira desde 2009. Instituídos, à época, através das Estratégia de Saúde da Família – ESF do Ministério da Saúde e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, traduziam ações direcionadas à atenção básica e articulação de ações de segurança.

O que é o Território da Paz?

É o espaço onde é realizada, de forma articulada, uma série de serviços de caráter social e de segurança pública capaz de reduzir a violência e valorizar a cidadania. A ideia é levar o maior número de programas sociais do governo aos bairros e regiões mais vulneráveis à violência. (BRASIL, 2009, p.05)

A preocupação que perpassa todas as propostas e atividades que compõe os programas, bem como sua consequente cartela de ações e projetos no âmbito deste Plano Estadual consideram, assim, um objetivo final de redução da violência e valorização da cidadania. É importante compreender, ainda, que esse objetivo está respaldado pela compreensão da responsabilidade institucional dos órgãos públicos no fomento de uma cultura de paz.

O que é a Cultura da Paz?

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu cultura da paz, em 1999, como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social. (BRASIL, 2009, p.05)

7. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Seguindo os preceitos oriundos do Ministério Justiça, Ministério da Saúde e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em relação à promoção da Cultura da Paz, a Promoção da Saúde e a Prevenção da Violência, busca-se por meio da implementação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – em atividade ou perspectiva – a prevenção permanente das seguintes formas de violência:

1. VIOLÊNCIA DIRIGIDA A SI MESMO OU AUTO-INFLIGIDA

- a) Comportamento suicida – envolve tentativas de suicídio e pensamentos suicidas ou autolesões deliberadas.
- b) Auto-abuso – inclui atos de automutilação.

2. VIOLÊNCIA INTERPESSOAL

- a) Violência da família ou parceiro íntimo – ocorre entre membros da família e parceiros íntimos. Esse grupo inclui as formas de violência como

abuso infantil, violência contra a mulher, violência sexual, violência contra idosos, violência contra pessoas com deficiência.

b) Violência comunitária – ocorre entre pessoas sem laços de parentesco, podendo ser conhecidos ou estranhos. Geralmente ocorre fora de casa, nos espaços públicos. Este grupo envolve os casos de estupro por desconhecidos, violência juvenil, violência institucional (em escolas, asilos, trabalho, prisões, serviços de saúde etc.) e a violência no trabalho (assédio moral e sexual).

3. VIOLÊNCIA COLETIVA

a) Social – nesta subdivisão estão os crimes de ódio por grupos organizados e violências de multidões.

b) Política – inclui guerras, grandes conflitos de violência e violência de estados.

c) Econômica – ataques de grupos maiores motivados por ganhos econômicos, para interromper a atividade econômica de um país ou região, negar acesso a serviços essenciais ou criar fragmentação econômica, resultando em cenários de pobreza.

8. SEGURANÇA CIDADÃ

A materialização desse processo, quando tratada no âmbito das políticas de segurança pública e defesa social, dar-se-á através da implementação da Segurança Cidadã. Este último conceito é a unificação dos princípios da regionalidade à promoção da cultura de paz e prevenção da violência.

Tratada como um novo paradigma das ações, a Segurança Cidadã dá forma e aplicabilidade às ações que buscam a redução de indicadores criminais, promoção da cidadania e aumento da sensação de segurança. Essa perspectiva surge na América Latina em meados dos anos 1990, na Colômbia. Foi uma forma encontrada pelos órgãos de segurança para desenvolver suas políticas públicas considerando a natureza multicausal da violência. Assim, o espectro do controle e prevenção, passam a ser desenvolvidos por meio de

ações integradas, como a regionalização supracitada, no âmbito local (FREIRE, 2009).

De acordo com o PNUD, intervenções baseadas no conceito de Segurança Cidadã são definidas a partir de cinco categorias principais de intervenção, conforme aponta Freire (2009, p.106)

- as dirigidas ao cumprimento voluntário de normas;
- as que buscam a inclusão social e a diminuição de fatores de risco (álcool, drogas, armas, etc.);
- as que têm como propósito a melhoria dos contextos urbanos associados ao medo e ao perigo real (recuperação de espaços públicos);
- as que facilitam o acesso dos cidadãos a mecanismos institucionais e/ou alternativos de resolução de conflitos;
- as que possuem foco na construção de capacidades institucionais, melhoria da eficácia policial e das autoridades executivas ou judiciais e da confiança dos cidadãos em tais instituições

Esses arranjos diretivos integram, dessa forma, os objetivos principais – diretos ou indiretos – das propostas institucionais que compõe os programas e as cartelas de projetos deste Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

9. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

MISSÃO

Servir como diretriz às instituições de Segurança Pública e Defesa Social tocantinenses para o desenvolvimento de políticas públicas integradas, garantindo a promoção da cultura de paz e promovendo uma sociedade mais segura.

VISÃO

Elevar a Segurança Pública e Defesa Social tocantinense a um novo patamar, com maior efetividade e eficácia, promovendo a integração e o fortalecimento das estruturas institucionais.

VALORES

- Promoção da Cultura de Paz
- Fortalecimento Institucional
- Valorização Profissional
- Compromisso e Responsabilidade
- Pertencimento
- Participação Social
- Interinstitucionalidade
- Engajamento
- Inovação
- Garantia dos Direitos Humanos
- Enfrentamento à violência
- Pluralidade
- Comunicação
- Ética.

10. ESCOPO (Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal)

COMUM A TODOS OS ÓRGÃOS

- Desenvolver e estabelecer um sistema integrado de metas que envolva redução criminal, aumento da sensação de segurança, produtividade por equipe e produtividade individual, estabelecendo uma gestão por resultados interinstitucional;
- Criar as regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública que congreguem todos os órgãos de segurança pública daquele perímetro e outros entes de interesse;
- Criar um banco de dados digital unificado ou integrado com informações criminais de infratores a fim de servir aos órgãos de segurança pública e defesa social do Estado do Paraná;
- Fortalecer a atuação dos municípios nas ações de prevenção ao crime e à violência, sobretudo mediante ações de reorganização urbanística e de defesa social;
- Estabelecer um grupo gestor intersecretarial para alinhamento das características técnicas na aquisição de materiais;
- Mapear os processos e reestruturar a organização básica institucional, estabelecendo agilidade no fluxo dos processos (perfil profissiográfico e fluxogramas processuais);
- Modernizar a gestão documental;
- Criar a cultura de instrumentalização da avaliação de impacto permanente das práticas de gestão, identificando possíveis falhas e verificando os meios necessários ao constante aprimoramento técnico, direcionando as ações para a obtenção de melhores resultados;
- Aperfeiçoar o intercâmbio institucional dentro e fora do estado, colhendo e aplicando periodicamente conhecimentos de boas práticas de gestão;

- Estruturar as Assessorias de Comunicação das Unidades, descentralizando a comunicação institucional e otimizando
- Estruturar as Assessorias de Comunicação das Unidades, descentralizando a comunicação institucional e otimizando a comunicação interna;
- Adquirir, manter e aperfeiçoar tecnologia para produção audiovisual própria;
- Instituir, manter e aperfeiçoar o Núcleo de Imagem Institucional, com pesquisas de visibilidade, aceitação e credibilidade civil;
- Realizar campanhas publicitárias temáticas junto à sociedade civil;
- Instituir, manter e aperfeiçoar o Plano Estratégico de Comunicação Social das instituições, aliados às diretrizes da Secretaria de Comunicação do Estado.

SESP

- Criar, estruturar e manter diretoria e divisão especializada em combate à corrupção e ao crime organizado;
- Implantar Programa de Captação de Recursos;
- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter as unidades operacionais e administrativas da SESP;
- Criar, estruturar e manter diretoria e divisão especializada em combate à corrupção e ao crime organizado;
- Implantar uma gestão por evidências por meio da implementação do Programa de Modernização da Segurança Pública;
- Promover e manter atualizado o arcabouço normativo das estruturas e procedimentos internos;
- Adquirir, manter e aperfeiçoar estrutura material permanente da Diretoria de Comunicação;
- Padronizar a Identidade visual e institucional;
- Estruturar, manter e aperfeiçoar estrutura logística permanente de Departamento de Relações Públicas e Cerimonial;

- Adquirir, manter e aperfeiçoar estrutura logística permanente do Departamento de Marketing e Mídias Sociais, com fomento à descentralização.

POLÍCIA MILITAR

- Construir, ampliar, reformar a estrutura física das Unidades Operacionais e Administrativas atendendo a necessidade de padronização conforme identidade visual e institucional estabelecida;
- Adquirir armamento e equipamentos de proteção individual conforme Procedimento Operacional Padrão em vigor;
- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter as Unidades Operacionais e Administrativas da PMPR;
- Renovar as munições para as demandas operacionais e instruções;
- Construir, estruturar, aparelhar e manter sede própria para a Corregedoria-Geral;
- Adquirir veículos para ampliação da frota própria;
- Descentralizar a gestão (inclusive orçamentária e financeira), conferindo mais autonomia aos comandantes de Unidade;
- Padronizar a Identidade visual e institucional;
- Estruturar (formação) Gabinete de Gestão de Crises de Imagem, alinhados com Assessorias pertinentes;
- Construir, estruturar, aparelhar e manter o Museu Histórico da PMPR.
- Criar um banco de dados digital unificado ou integrado com informações criminais de infratores a fim de servir aos órgãos de segurança pública e defesa social do Estado do Paraná.

POLÍCIA CIVIL

- Adquirir veículos para ampliação da frota própria;
- Construir, aparelhar e manter o complexo da Polícia Civil;
- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter as Delegacias de Polícia e unidades vinculadas em pleno funcionamento;
- Adquirir armamento e equipamentos necessários à atividade policial;
- Renovar as munições para as demandas operacionais e instruções;

- Construir, estruturar, aparelhar e manter unidade prisional militar do Estado;
- Implantar uma gestão estratégica no âmbito de todas as unidades de Polícia Civil;
- Criar, estruturar e manter núcleo permanente de interações de produção e análise do conhecimento com o foco no planejamento operacional.

POLÍCIA CIENTÍFICA

- Adquirir equipamentos necessários à atividade policial;
- Construir, aparelhar e manter a sede do Instituto de Criminalística e Instituto de Genética Forense;
- Adquirir veículos para ampliação da frota própria;
- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter os Institutos de Criminalística, Instituto de Identificação e Instituto de Medicina Legal;
- Ampliar e agilizar o atendimento do Instituto de Identificação;
- Implantar uma gestão estratégica no âmbito de todas as unidades de Polícia Científica;
- Implantar a cadeia de custódia de vestígios no âmbito da Polícia Científica;
- Criar, estruturar e manter núcleo permanente de interações de produção e análise do conhecimento com o foco no planejamento operacional.

CORPO DE BOMBEIROS

- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter o Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar;
- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter as unidades operacionais, priorizando as cidades polos do Estado;
- Promover o aparelhamento, modernização e a interiorização de órgãos setoriais do Sistema de Defesa Civil, com prioridade para os órgãos especializados no controle e no combate a sinistros;

- Aperfeiçoar os serviços técnicos do CBMPMPR;
- Criar, estruturar e manter núcleo permanente de interações de produção e análise do conhecimento com o foco no planejamento operacional.

GUARDAS MUNICIPAIS

- Adquirir veículos para ampliação da frota própria;
- Construir, aparelhar e manter o complexo acadêmico da Guarda Municipal;
- Estruturar, aparelhar, mobiliar e manter as unidades operacionais e administrativas em pleno funcionamento;
- Adquirir armamento e equipamentos necessários à atividade fim;
- Renovar as munições para as demandas operacionais e instruções;
- Implantar uma gestão estratégica no âmbito de todas as unidades da Guarda Municipal;
- Capacitar de forma permanente as equipes de gestão para o monitoramento dos processos e avaliação dos resultados;
- Desenvolver e implantar o sistema de avaliação de resultados;
- Criar, estruturar e manter núcleo permanente de interações de produção e análise do conhecimento com o foco no planejamento operacional.